



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO N° , DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon)

Apresentação: 12/06/2024 11:53:46.587 - CSPCCO

REQ n.195/2024

Requer audiência pública para debater a restrição de acesso calibres de armas de fogo e munições para a população brasileira.

Senhor presidente:

Requeiro à V. Ex^a., com base no art. 117, inciso VIII, do Regimento Interno, audiência pública da Comissão de segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater a restrição de acesso calibres de armas de fogo e munições para a população brasileira.

Solicito que sejam convidados:

- Sr. Ministro da Justiça e Cidadania;
- Sr. Ministro da Defesa;
- Sr. Presidente da Associação Nacional do Movimento Pró-Armas;
- Sr. Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Prático;
- Sr. CEO da DFA Defense;
- Sr. Thyago Almeida Pignataro – Atleta de tiro desportivo;
- Sr. Rafael Salerno – Jornalista e manejador de javali;

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação de audiência pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados justifica-se pela necessidade urgente de discutir as propostas de alteração nas legislações e normativas relacionadas ao uso de armas de fogo de repetição ou semiautomáticas. Recentemente



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242898117800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon



* C D 2 4 2 8 9 8 1 1 7 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 12/06/2024 11:53:46.587 - CSPCCO

REQ n.195/2024

foram protocolados por este Deputado Federal, Requerimentos de Indicação que sugerem a elevação do teto energético para a classificação de uso permitido de armas de fogo de porte e a reclassificação de armas portáteis longas de alma raiada semiautomáticas cuja munição comum não atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a 1.200 (mil e duzentas) libras-pé ou 1.620 (mil seiscientos e vinte) joules.

A primeira razão para a realização desta audiência pública é a adequação das nossas leis aos padrões internacionais. As sugestões visam alinhar a legislação brasileira à realidade mundial, permitindo o uso de calibres amplamente aceitos como 9mm, .40 S&W e .45 ACP. Estes calibres são comuns em países com elevados padrões de segurança e a harmonização pode trazer benefícios adicionais em termos de segurança pública e regulamentação, assegurando que o Brasil esteja em conformidade com as práticas internacionais bem-sucedidas.

Em segundo lugar, as alterações propostas incentivariam significativamente o crescimento do tiro desportivo no Brasil. Ao autorizar atiradores de níveis 1 e 2 a possuir e utilizar equipamentos populares mundialmente, promoveríamos a disciplina, responsabilidade e habilidades de segurança entre os praticantes. Além disso, a prática do tiro desportivo tem potencial para gerar benefícios econômicos através do aumento da demanda por equipamentos, serviços e infraestrutura relacionada.

Outro ponto crucial é a questão da segurança pública e o controle de armas. A reclassificação das armas para uso permitido não representa um aumento significativo no risco à segurança pública, uma vez que a aquisição e o uso continuariam sujeitos a rigorosos controles e fiscalização. De fato, a medida pode contribuir para a redução da circulação ilegal de armas, desburocratizando o acesso legal e regulado a armamentos comumente utilizados em outras jurisdições.

As alterações sugeridas também trariam benefícios econômicos e sociais. O estímulo ao tiro desportivo não só promoveria um impacto positivo na sociedade, incentivando comportamentos responsáveis, como também estimularia a economia ao aumentar a demanda por produtos e serviços relacionados a essa prática.



* C D 2 4 2 8 9 8 1 1 7 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Por fim, é importante destacar que as propostas buscam uma legislação mais equilibrada, técnica e justa. Elas levam em consideração aspectos técnicos e práticos relevantes, como a intenção de uso, o perfil do usuário e o contexto de segurança pública. A modernização da nossa legislação, portanto, não comprometeria os objetivos de segurança pública estabelecidos, mas sim promoveria um ambiente regulatório mais adaptado às necessidades contemporâneas.

Diante do exposto, a realização de uma audiência pública é essencial para permitir um debate amplo e democrático sobre essas propostas. A participação de especialistas, autoridades, praticantes de tiro desportivo, representantes da indústria e da sociedade civil garantirá uma análise abrangente e informada, essencial para a formulação de uma legislação que equilibre segurança pública, direitos dos cidadãos e desenvolvimento desportivo e econômico.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação deste requerimento e realização de Audiência Pública que dê a este colegiado a oportunidade de debater a matéria com maior profundidade.

Sala da comissão, em 12 de junho de 2024.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242898117800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 12/06/2024 11:53:46.587 - CSPCCO

REQ n.195/2024



* C D 2 4 2 8 9 8 1 1 7 8 0 0 *